

Educação e Relações Sociais

Marlon Teixeira de Faria

Trabalhar com a Educação, além das abordagens das práticas pedagógicas e reflexões dentro da sala de aula, permite ao pesquisador vislumbrar reflexões filosóficas e sociológicas que se interligam às questões políticas e econômicas da sociedade. No decorrer das leituras realizadas, articulando as análises de Niskier (1992) e Viana (2004 e 2008) entre outros autores, conseguimos perceber que o processo educacional carrega em seu bojo um alto grau de formação e condicionamento de indivíduos na sociedade. Mas voltamos ao título da pesquisa, pois, refletir sobre os paradigmas da educação pressupõe um maior conhecimento das relações sociais já estabelecidas.

A priori poderíamos dizer então que o processo educacional objetiva a formação do indivíduo para a vida na sociedade, como fica exposto na argumentação de Durkheim (2009). No entanto, a partir disso surge, a nosso ver, uma situação problemática, ou seja, sobre quais condições a educação chega ao homem? O homem atinge um desenvolvimento *total* ou apenas um conhecimento *parcial*?

Durante as reflexões que serão feitas sobre as indagações colocadas acima apresentaremos alguns exemplos da Era Vargas. A escolha do momento histórico não ocorreu de forma aleatória. Levamos em consideração que durante este período o *Ensino Técnico* se tornou uma maneira rápida para qualificar a mão de obra, concomitantemente, requerida pelo mercado de trabalho (ROMANELLI, 2010). Com isso a educação, alvo do Estado, tinha um objetivo, a preparação dos indivíduos (principalmente operários e pessoas da classe baixa).

Neste momento, ainda, observamos que para o processo educacional o foco na questão do trabalho terá um forte peso. Podemos dizer que um proporcionará a reorganização do outro. Como observamos em Viana (2004) na sociedade capitalista uma das características da organização do trabalho repousa na sua divisão, agora não é buscado o trabalhador multilateral e sim aquele que em sua esfera consiga desempenhar apenas o que lhe foi ordenado. A ação da educação consistirá então em conduzir e proporcionar às massas apenas o conteúdo determinado à sua atividade, o que, mesmo soando paradoxal, gera uma qualificação manual e dificuldades de desempenhar tarefas reflexivas (críticas).

Acerca da Divisão do Trabalho e a Manufatura, Karl Marx nos apresenta

algumas consequências decorrentes dessa ação para o desenvolvimento humano:

Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo (MARX e ENGELS, 2006, p. 29).

Antes de uma exposição teórica da educação e sua relação com o trabalho devemos, inicialmente, perceber que até este momento, nas ponderações feitas acima o processo educacional não está diretamente vinculado à Escola. Há, como observamos, o processo de ensino ao lado das condições ou demandas exigidas socialmente. Mesmo sendo um argumento trivial devemos ter em mente o seguinte: estamos falando de homens e sociedade, portanto, pretensões e resultados são muitas vezes decorrentes de suas necessidades e dos conflitos diários.

Em busca de compreender com mais clareza a relação da *Educação* com outras áreas como *Economia* e *Política*, encontramos na Era Vargas uma conjuntura caracterizada por “rompimentos”, sendo estes guiados por uma nova demanda socioeconômica vinda juntamente com as consequências da Crise de 1929. Quanto a isso temos que as tendências sociais das grandes *Oligarquias* perdiam espaço para os novos condicionamentos modernizadores do sul, como as práticas industriais que davam seus primeiros passos (ROMANELLI, 2010)¹. Implicitamente falando de questões de ordem política, a priori não percebemos, mas de forma velada, estão os paradigmas educacionais que são alterados, uma vez que a orientação político-econômica também se altera.

De forma simples, num contexto geral, temos que os efeitos cataclísmicos da Crise de 1929, segundo Eric Hobsbawm (2010), fizeram com que os líderes, de algumas nações, repensassem suas perspectivas político-econômicas, visando à recomposição da economia frente ao mercado mundial. No Brasil não foi tão diferente; isso serviu como um pontapé inicial para o deslocamento, não completo, mas paulatino, das atenções para

¹ Conforme observamos através das leituras de Romanelli (2010) a era Vargas não é o ápice da industrialização. No entanto alguns problemas sobre a industrialização e as pretensões de sua paulatina implantação no Brasil e aumento da mão de obra foram altamente pensados neste período. Com base no que percebemos na mesma autora vemos que as décadas de 1960-70 marcam um momento de maior solidez da industrialização no país.

o desenvolvimento industrial e seus benefícios para o país no momento pós-crise. Conforme observamos, os sistemas econômicos ancorados no sistema agrário de exportação não conseguiam manter-se forte frente a essa grande e grave crise mundial.

Até aqui poderíamos nos indagar acerca da compatibilidade das reflexões econômicas e políticas para a educação, no entanto, conforme observamos em Viana (2008) e Romanelli (2010), cada sociedade, de acordo com o seu desenvolvimento e organização econômica, lança mão de novos paradigmas educacionais com o objetivo de atender a demanda requerida pelo mercado de trabalho, como ocorreu durante a Era Vargas.

Buscamos neste momento observar, através da reflexão de autores que analisam a Era Vargas, como a educação pode ser “utilizada” para a concretização de determinados objetivos. Dessa forma, de acordo com Bento (2009), podemos observar que o processo educacional foi um dos pilares na política varguista. Durante este período, levando em consideração os problemas enfrentados (na política, economia e até mesmo da própria educação que não possuía uma estrutura sólida) uma das propostas a ser assumida pelo processo educacional devia ser a “construção” de um “novo homem” e consequentemente uma “nova sociedade”.

Não devemos negligenciar o fato de que essa mudança exigida e colocada nas costas do sistema educacional provinha da própria necessidade de reorganização do sistema econômico brasileiro. Conforme observamos em Furtado (1998) e Romanelli (2010), que uma nova diretriz era buscada pelo setor econômico do Brasil. Aparecia então o papel da educação, a formação humana, conforme as novas capacitações necessárias ao novo período. Assuntos, desde ações culturais, políticas e econômicas agora chegariam às massas através do intermédio educacional.

A ideia da educação como a esperança de salvação social não é nova. Na década de 1920, Nagle (2000) já argumentava que o processo educacional era tido como uma das formas de solucionar os problemas e o atraso do Brasil. A começar por uma maior qualificação das pessoas e o fim do analfabetismo, concomitantemente os frutos colhidos seriam fundamentais a uma elevação social do Brasil, se comparado aos países europeus. Porém, segundo Bomeny (1999), nesta década os debates educacionais não encontram uma maior solidez no cenário brasileiro, o que ocorreria na década posterior.

Na década de 1930 essa ideia retornaria com mais intensidade, a nosso ver e, com uma maior interação do Estado nos projetos. Assim, pensando na condição

socioeconômica e na necessidade de maior preparação do povo, o Estado Novo elaborou uma solução:

Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac, Sesi, etc (BOMENY, 1999, p. 138).

Neste momento a educação tornava-se o veículo de preparação das massas².

Se a exposição de nossas ideias ficou clara durante nossa argumentação, partindo inicialmente de uma rápida exposição geral sobre os objetivos da Educação e após a ação causada pela política e economia na organização social, será fácil entendermos, como já foi dito anteriormente, que o processo educacional não depende apenas de um simples debate sobre propósitos absolutos de ensino. Como percebemos em nossos diagnósticos, juntamente com as reflexões de Viana (2008), o processo educacional está de certa forma, submetido às mudanças ocorrentes na sociedade. Paradigmas distintos da educação podem se originar conforme um dos aspectos, políticos ou econômicos, procederem no plano social.

Falar de Educação, de certa forma, nos faz retomar assuntos ligados a questões políticas e econômicas, e esse assunto nos remete às reflexões apontadas por Marx e Engels (2007). Conforme dizem, temos a sociedade dividida em dois blocos denominados: *dominantes* e *dominados*. Com isso não é difícil deduzir que uma classe consegue se impor à outra, devido, claro, às condições materiais de que podem dispor. Pensar o processo educacional a partir desta argumentação se torna interessante, pois, logicamente, sendo social, a educação tende a “reproduzir” projetos e objetivos da classe que detêm maior influência na sociedade.

Trazendo para a análise as ideias de Gardiner (1984), foi possível perceber que grandes mudanças ocorrentes na sociedade são decorrentes das vontades e imposições da classe dominante que, através de sua posição em relação à classe dominada, sai na frente em busca de seus objetivos, que visam à reprodução de sua visão de mundo, que normalmente contraria a dos proletários.

Sobre a busca por objetivos da classe dominante, observamos que por traz dos

² Quando dizemos preparação das massas não nos centramos na economia ou mesmo apenas no processo escolar. Autora faz uma abordagem para além dessas categorias, onde fica exposto que a educação agiria como uma maneira de mobilizar as pessoas (principalmente os Jovens) em busca dos ideais alçados pelo Estado.

seus ideais existe a ação do *Estado*, um órgão que, supostamente busca a manutenção de interesses a toda a sociedade. Segundo Chauí (2006),

o Estado *aparece* como a realização do interesse geral [...] mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade (CHAUI, 2006, p. 65).

Dessa forma chega-se a outro ponto de suma importância quando se trata de sua influência sobre o ensino e educação. Segundo Collin (2008), este aparece, a priori, como uma instituição de consenso coletivo, se encontra na tarefa de organizar a sociedade e buscar a realização dos interesses gerais. No entanto, a partir das análises dos mesmos autores, observa-se que desde os primórdios o Estado representa os direitos da classe dominante, já que se encontra permeado de elementos dela.

É sabido, através de Manacorda (2007) e Viana (2004) que Marx não elaborou uma obra específica sobre educação, porém, isso não impede de haver em suas obras reflexões sobre este assunto. Assim, segundo os mesmos autores, o processo educacional na concepção de Marx pode ser entendido como o *livre processo de desenvolvimento das potencialidades humanas*.

A partir do exposto, influenciada pela divisão do trabalho, a educação na sociedade capitalista visa um desenvolvimento *unilateral humano*, que exclui do indivíduo a formação crítica e elevação intelectual de sua consciência. O processo educacional, imbuído de aspectos da classe dominante, representada pelo *Estado*, possui em seu bojo a capacidade de “impedir” o desenvolvimento *pleno* humano, trocando o “por que fazer” pelo “saber fazer”.

Após o exposto percebemos que a educação não se processa apenas entre as paredes da sala de aula, na relação professor-aluno e de forma afastada da realidade social. Parafraseando Brandão (1995) pode-se notar que o conceito de educação rompe com a ideia de ela ser igual à sala de aula ou, só a imaginar na sala. Refletindo sobre sua obra, o autor deixa clara a existência da educação em diversos lugares, nas práticas cotidianas e costumes sociais. Um de seus apontamentos é que, independente do local e período, o processo educacional existe, mesmo em uma conversa entre adultos e crianças embaixo de uma árvore, em uma calçada ou onde o indivíduo tem suas primeiras experiências de vida social.

Pretendendo expor a amplitude conceitual de educação, temos que “não há uma forma única nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela

acontece” (BRANDÃO, 1995, p. 9). Podemos a entender como resultado do processo cultural (logicamente influenciada pelas esferas políticas e econômicas) de cada sociedade que, por sua vez, tem no homem sua exteriorização. Dessa forma pode-se deduzir que em um lugar onde a luta ou a guerra for prioridade, a educação será norteadada por essa vertente, formando assim guerreiros e soldados.

De acordo com a interpretação acima desenvolvida, podemos desconstruir o “senso comum” em relação à escola e à educação, podendo, assim, compreender que ela não pode ser pensada apenas a partir de debates de cunho pedagógico ou de fatores internos a sala de aula. Temos então que, mesmo sendo triviais tais argumentos, a educação está para a sociedade, portanto, se torna passível de sofrer influências, o que não a deixa livre das rearticulações que requerem e, em certos momentos exigem, a política e a economia.

Rompendo com o senso comum e rememorando as reflexões de Viana (2008), chegamos ao entendimento de que cada sociedade, independente de seu nível de desenvolvimento, elabora seu próprio paradigma educacional, que toma forma conforme a época e lugar. Pois, se a cada tempo, dotado de uma característica e sentido histórico, o homem lança mão da criação de tipos de sociedade, que são impregnadas de leis e costumes, considerados corretos a se seguir, o processo educacional mantém-se presente, socializando e propagando tais costumes. E este é o momento que nos interessa uma vez que buscando o estabelecimento de formas de seguir e organização social o ser humano entra em conflitos com outros visando estampar socialmente seu ponto de vista.

Segundo Almeida Filho (2004), temos os homens como agentes ativos das produções culturais das sociedades existentes. Em decorrência disso encontramos determinadas crenças e costumes (sociais e espirituais) criados pelos próprios de acordo com os lugares que vivem e as necessidades encontradas para se adaptarem à vida no meio. Dessa forma, chegamos ao entendimento de que a educação passa por reformulações onde são imbuídas em suas diretrizes as necessidades encontradas no seio da sociedade. E, como já argumentamos acima com as ponderações de Chauí (2006), muitas necessidades da sociedade são decorrentes das influências e objetivações da classe alta.

No momento em que fazemos o balanço das reflexões em torno do conceito de educação utilizamos um que se tornou básico em nossa pesquisa, e que optamos pôr

sustentá-lo em nossas análises: “o processo de educação é o livre processo de desenvolvimento das potencialidades humanas, da sociabilidade.” (VIANA, 2004, p. 555). A opção por este decorre do fato dele estar ligado, a nosso ver, diretamente com a preocupação com a condição humana e seu pleno desenvolvimento e automaticamente sua vivência em sociedade.

Através da educação o homem deveria superar a condição unilateral imposta pelas paredes invisíveis da exploração da sociedade capitalista. Esse tipo de formação é, de acordo com Viana (2004), caracterizado pela privação de determinados campos do saber que impedem o desenvolvimento crítico do indivíduo. Dessa forma o cidadão se adapta com disciplinas, se assim puder ser dito, práticas sem uma fundamentação ou reflexão filosófica. Portanto, a formação que beneficiaria o homem seria a *omnilateral*, marcada pelo desenvolvimento total humano, que por sua vez não tende à fragmentação dos campos do saber, oferecendo uma perspectiva crítica ao indivíduo (e claro sem abandonar o próprio aperfeiçoamento manual do homem). Contudo na sociedade capitalista esse tipo de formação encontra-se totalmente problemático, devido ao processo de divisão do trabalho e obtenção de lucros que em si não necessita da reflexão em suas atividades, apenas a reprodução automática, o que dá ao ser humano características de corpos mecânicos.

Compreendemos, então, de acordo com Brandão (1995) e Viana (2004 e 2008) que a educação assume características de um processo de socialização, *formação* e ou até *adaptação* à sociedade. À medida que ela pode provocar *emancipação* humana das situações precárias de suas vidas, ela também pode construir barreiras contra o próprio desenvolvimento e libertação do indivíduo da *opressão* social (GOMES, 2010). Portanto, pode-se observar que uma análise sobre o processo educacional não há como negligenciar os aspectos do desenvolvimento da sociedade em seus aspectos econômicos e políticos.

Com esta pesquisa buscamos, de forma simultânea, elucidar e problematizar alguns pontos que muitas vezes são descartados dos debates relacionados ao processo educacional. Através de uma análise histórica e busca por uma ampla argumentação teórica, um dos focos pretendidos, foi a compreensão de forma clara de como se forma e articula os paradigmas educacionais e sua relação com o próprio local. Objetivamos demonstrar que mesmo em áreas da sociedade que podemos dizer fora das influências da esfera educacional, como política e economia, a educação se aplica de maneira

formidável, principalmente, no que tange a preparação e até mesmo a *construção* de um tipo humano adequado às novas demandas/situações.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, Agassiz. *Sociedade e Cultura em Evolução*. São Paulo: Edicamp, 2004.
- BENTO, Luiz Carlos. *Educação em Litígio: Gustavo Capanema, Conciliação e Reforma nos anos de 1930*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 33ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- COLLIN, Denis. *Compreender Marx*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 28ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. p. 174 – 248.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Tradução de Vítor Matos e Sá. 3ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- GOMES, Wilson de Sousa. Educação: uma discussão histórica acerca do conceito de educação na sociedade moderna. In: BENTO, Luiz Carlos (Org). *História e ensino de história: As perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p. 93-109.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 2ª ed. São Paulo: Alínea, 2007.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2007. *Textos sobre Educação e Ensino*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.
- NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira – III. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições*

(1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 259 – 291.

NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da Educação: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Consultor, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930 – 1973)*. 35ª ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum a consciência filosófica*. 14ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

VIANA, Nildo. *Marx e a Educação*. Goiânia: Estudos. V. 31, n. 3, p. 543-566. Março, 2004.

_____. Educação, Sociedade e Autogestão Pedagógica. *Revista Urutágua*. Nº 16. Paraná, 2008.

Marlon Teixeira de Faria

Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás, UnU de Jussara em 2010. Atualmente cursando Pós-Graduação em História e Sociedade pela Faculdade Montes Belos (FMB).

E-mail: sociedadealternativa101@hotmail.com